



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.
ISSN: 2594-5688
secretaria@sbap.org.br
Sociedade Brasileira de Administração Pública

Políticas públicas no governo Bolsonaro

Frederico José Lustosa Da Costa

[ARTIGO] GT 2 Análise de Políticas Públicas

Políticas públicas no governo Bolsonaro

Resumo

O governo Bolsonaro se caracterizou por estabelecer uma agenda governamental destinada a fazer o desmonte (*dismantling*) de uma série de políticas públicas bastante institucionalizadas. Tratava-se de fazer terra arrasada de programas, instrumentos e ações que produzem resultados e impactos sobre a vida dos indivíduos que constituem os públicos-meta de muitos programas governamentais. Este trabalho procura apresentar, na sua primeira parte, uma série de exemplos de situações-problema de políticas públicas que oferecem um panorama da anti-agenda bolsonarista. Na segunda parte, busca identificar o que há de comum nessas ocorrências, visando apontar as características principais que orientam a definição da forma e do conteúdo das políticas públicas do governo Bolsonaro. As considerações finais tentam mostrar como essas novas dinâmicas de “planejamento”, operação e gestão desconfiguram as políticas públicas e desnaturalizam a própria política.

I. Introdução

A literatura do campo já consagrou a ideia de que "política pública é tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer" (Dye, 1972, p. 1). Ou seja, a assertiva sugere que, além da ação governamental, as políticas públicas contemplam a omissão - o não-fazer - e a destruição – ou o desmanche daquilo que está feito. Entretanto, essa mesma literatura põe seu foco, na maior parte das vezes, nos complexos processos de formação de políticas públicas orientadas para a mudança agregadora, para a realização de jogos de soma positiva.

Em anos recentes, surgiu uma literatura destinada a fazer a genealogia, a exegese e a tipificação de certo tipo de políticas que rompem com o *status quo* (*dismantling*) não no sentido de introduzir inovações significativas ou saltos qualitativos na oferta de bens e serviços (Bauer; Knill, 2012). São políticas disruptivas no sentido de fazer terra arrasada de programas, instrumentos e ações que produzem resultados e impactos sobre a vida dos indivíduos que constituem os públicos-meta de muitos programas governamentais.

São rupturas que, no caso do Brasil, embora, frequentemente questionadas perante a Suprema Corte, se dão dentro das regras do regime democrático ou nos últimos limites do quadro constitucional. Nos últimos anos, algumas foram chanceladas pelo Judiciário; outras prontamente revogadas, numa tensão crescente e desnecessária que esteve permanentemente desafiando a regra da harmonia e da interdependência dos poderes da República.

Por isso mesmo, a distinção entre políticas de governo e políticas de Estado parece totalmente despicienda. Não existem políticas de Estado. Todas as políticas são de governo.

Dependendo do quadro constitucional, grande parte das democracias ocidentais, inclusive a estadunidense (como demonstrou a edição do chamado Ato Patriótico de “combate ao terrorismo” do governo George W. Bush), permite realizar, por maiorias circunstanciais, mudanças que desmantelam políticas institucionalizadas há muitos anos.

Em análise precedente, chegou-se a cogitar que seria muito difícil discernir, no Governo Bolsonaro, “uma agenda clara e coerente de políticas públicas para quaisquer setores de governo. Mesmo no âmbito das pautas conservadora e liberal que inspiram o governo, os movimentos são descoordenados e, muitas vezes, contraditórios” (Lustosa da Costa, 2020, p. 151) Acreditava-se que havia uma agenda negativa, cujos contornos ainda eram, pouco discerníveis. Bolsonaro admitiu, em março de 2019, em Washington, que pretendia “desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz” (Mendonça, 2019, on-line).

Os “bolsonaristas” diziam realizar uma contrarrevolução, que perseguiram uma agenda positiva de afirmação das liberdades individuais burguesas, a qual requer a destruição de todo um aparato de repressão dessas liberdades instaurado pelo marxismo cultural. Ou seja, em nome da liberdade individual, propunham uma agenda repressiva dos direitos das minorias, da autonomia de cátedra e do raciocínio divergente. Construía a ideia de uma ameaça de revolução gramsciana que estaria tomando de assalto os aparelhos ideológicos de Estado (Althusser, 1985) para impor uma hegemonia esquerdista. Essa narrativa era totalmente falsa e desmentida pelas ações do governo Bolsonaro, que, diariamente, atentava contra o direito à educação, a liberdade de imprensa, o funcionamento da justiça e os direitos humanos em geral (sobretudo dos mais pobres).

Essa constatação torna temerário proceder a uma análise de políticas públicas apoiada nas abordagens mais correntes no campo, até porque cada política constitui uma arena própria, onde se movimentam atores diferentes, exigindo, portanto, um estudo específico. Por outro lado, a percepção dos problemas, a introdução de temas inusitados; a ruptura com políticas consolidadas; o processo de tomada de decisões; o desmantelamento de órgãos, programas e instrumentos de política; a escolha dos dirigentes e *policy-markers* e a suspensão de regras de operação são tão heterodoxas que a maioria dos modelos de análise consagrados na literatura (Sabatier, 2007; Dye, 1972; Araújo, Rodrigues, 2017) é inadequada para dar conta do experimentalismo errático da “nova política”.

Se é difícil examinar políticas públicas *in abstracto*, sem dados empíricos de um campo específico, a escolha de uma área determinada para exame representa um custo de oportunidade relativamente alto diante do quadro de decisões inusitadas que caracterizam a nova forma de “governar” vigente no Brasil de hoje. Em face disso, este trabalho optou por apresentar, na primeira parte, uma série de exemplos de situações-problema de políticas públicas que oferecem um panorama da anti-agenda bolsonarista. Na segunda parte, busca-se identificar o que há de comum nessas ocorrências, visando apontar as características principais que orientam a definição da forma e do conteúdo das políticas públicas do governo Bolsonaro. As considerações finais tentam mostrar como essas novas dinâmicas de “planejamento”, operação e gestão desconfiguram as políticas públicas e desnaturalizam a própria política.

II. Crônica do desastre

Políticas públicas são sequências de decisões e ações, de caráter imperativo, destinadas a estruturar intervenções governamentais, produzindo transformações que têm impacto sobre a vida de grande número de pessoas. São respostas a problemas e anseios de uma determinada população ou de um segmento dela. Em geral, essas decisões e ações são orientadas pela acomodação de preferências de indivíduos e grupos majoritários. Para que produzam efeitos, precisam ser dotadas de racionalidade, autoridade legítima e institucionalidade.

A racionalidade (das políticas públicas), ainda que limitada e instrumental, supõe a tomada de decisões com base em critérios racionais, vale dizer, apoiada em dados verificáveis e evidências científicas. A racionalidade deve prevalecer sobre a religião, a magia e a ideologia. Políticas “públicas” ditadas pela fé, por mais piedosas e bem-intencionadas que sejam, são irracionais e inviáveis. A legitimidade tem a ver com o consentimento. Ainda que as políticas públicas não sejam democráticas e participativas, elas são permeáveis a injunções que vem de fora do núcleo político-burocrático do governo. Ademais, elas não podem se impor apenas pelo uso continuado da força, porque o seu custo se torna extremamente elevado. A institucionalidade diz respeito à legalidade e ao enquadramento no conjunto de regras de funcionamento do aparato governamental. Sustenta-se sobre um conjunto de normas estáveis, conhecidas e aceitas por todos, inclusive por quem as impõe. Esse ordenamento jurídico é universal e impessoal, deixando pouca margem à discricionariedade (Lustosa da Costa; Midlej e Silva; Passador, 2020).

Economia

Os maiores desafios do atual governo se encontram na área econômica, em face da necessidade de retomar o crescimento econômico, gerar empregos e oferecer serviços sociais básicos à grande maioria da população, em novas bases tecnológicas e em contexto internacional bem diferente do que existia no final do século passado. Parece evidente que essa complexa equação não pode ser solucionada por meio da ação das forças livres do mercado.

Entretanto, a agenda do Ministério da Economia aposta que o crescimento econômico virá com a retomada de confiança dos investidores em resposta a medidas de desestatização, com privatização e desregulamentação¹, redução de impostos, desoneração da força de trabalho e aprofundamento da reforma trabalhista para supressão de direitos dos trabalhadores e aposentados. Tão confiante estava o Ministro da Economia na adoção dessas medidas que já chegou a anunciar a eliminação do déficit público em um ano, a retomada do crescimento econômico no primeiro semestre e uma recuperação em V depois da pandemia, afora o frequente anúncio de reformas e providências prometidas para o dia seguinte que nunca chegam a se concretizar.

¹ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/08/20/coronavirus-despesa-gastos-governo-acoas.htm>.

Mesmo depois se ver obrigada a injetar mais 500 bilhões de reais na economia² para manter a atividade econômica e evitar o caos social, a prioridade da área econômica continua a ser a preservação do teto de gastos estabelecida pela Emenda Constitucional n° 95 e o aprofundamento do ajuste fiscal, mediante medidas como congelamento salários servidores civis; privatização disfarçada de ativos da Petrobrás; vedação de concursos públicos; reforma administrativa feita contra o funcionalismo; desvinculação de receitas atreladas a mínimos constitucionais; a extinção de fundos governamentais, todas medidas tendentes a fragilizar a ação pública, dismantelar políticas sociais e atingir diretamente os mais vulneráveis em suas necessidades básicas.

Além disso, as medidas que poderiam amenizar o sofrimento dos mais pobres numa situação de emergência sanitária foram implementadas de maneira atabalhoada e com baixa eficácia. Basta mencionar o desastre da implementação do Auxílio Emergencial e dos programas de crédito às pequenas empresas. No Auxílio Emergencial, na tentativa de monopolizar os dividendos políticos da medida, o governo federal excluiu os municípios e seus CRAS (centros de referência de assistência social) da implantação do programa. Resultado - milhões de trabalhadores ainda não tinha recebido passados três meses da instituição do benefício, enquanto outro tanto recebeu indevidamente, entre os quais 17 mil mortos e pelo menos 680 mil servidores públicos³, dos quais 73 mil eram militares⁴. O governo levou dois meses desde a decretação do estado de calamidade para criar um programa de apoio crédito às micro e pequenas empresas. A partir de então e até agosto, conseguiu liberar apenas R\$ 4,5 bilhões dos R\$ 40 bilhões previstos⁵. O crédito simplesmente não chegou aos pequenos negócios porque as empresas não tinham fôlego para manter os empregos e muito menos para pagar os empréstimos.

O governo, depois de algumas concessões importantes, conseguiu aprovar a reforma da previdência (EC n° 103), a qual trouxe grandes perdas para os trabalhadores mais pobres, sujeitos à instabilidade do mercado de trabalho. A aposentadoria integral (até o teto de contribuição) só será possível depois de 40 (quarenta) anos de contribuição⁶, o que poucos conseguem.

A proposta de reforma administrativa, objeto da PEC n° 32/2020, cuja tramitação está paralisada desde o final de 2021, estabelecia novos princípios para a Administração Pública, acaba com a estabilidade, criava novos vínculos com o serviço público, ampliava os poderes

² 366,5 bilhões já gastos até 01.09.2020. Cf. <https://noticias.r7.com/economia/gasto-com-auxilio-emergencial-de-r-600-ja-supera-r-212-bilhoes-01092020#:~:text=O%20gasto%20do%20governo%20federal,previstos%20para%20as%20cinco%20parcelas.&text=Desse%20total%2C%20a%20maior%20parte,e%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20baixa%20renda>. Consultado em 05.092020.

³ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/13/cgu-identifica-680-mil-servidores-recebendo-auxilio-emergencial-prejuizo-e-de-quase-r-1-bilhao.ghtml>. Consultado em 05.092020.

⁴ <https://oglobo.globo.com/economia/ministerio-da-defesa-informa-que-732-mil-militares-receberam-auxilio-emergencial-indevidamente-24423116>. Consultado em 05.092020.

⁵ <https://cgn.inf.br/noticia/219665/senadores-articulam-mais-credito-para-empresas-de-pequeno-porte-sufocadas-pela-pandemia>. Consultado em 05.092020.

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm#:~:text=Emenda%20Constitucional%20n%C2%BA%20103&text=Altera%20o%20sistema%20de%20previd%C3%Aancia,do%20C2%A7%203%C2%BA%20do%20art. Consultado em 05.092020.

do presidente da República para reformar a Administração e mantinha os privilégios de algumas das carreiras mais remuneradas da administração pública, as chamadas “carreiras de Estado”, a saber, juízes, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública (em todos os níveis), consultores legislativos, advogados da União e procuradores estaduais, militares das três forças, integrantes da CGU e de outras controladorias, auditores fiscais da Receita Federal, membros da Secretaria do Tesouro, fiscais do Trabalho, do Meio Ambiente, do Serviço de Inspeção Federal e das diversas agências reguladoras, diplomatas, integrantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Ferroviária Federal e das polícias civil e militar dos estados, além dos corpos de bombeiros militares⁷ (Lustosa da Costa; Faranha, 2020).

O governo não apresentou cálculos sobre as possíveis economias e o peso gasto com as categorias privilegiadas, mas sabe-se que só os militares respondem por 28% da folha de pagamentos da União. Mas não há sinceridade de propósito nas promessas de ajuste fiscal. Em setembro de 2020, o governo vetou um dispositivo de uma lei que concedia isenção de recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e de multas sobre contribuições não pagas. Logo depois, pelas redes sociais, o presidente sugeriu a seus líderes no Congresso recomendassem às bancadas a derrubada do veto⁸.

Muitos dos equívocos e atropelos na área da Economia no governo Bolsonaro devem ser creditados ao viés “austericida” de suas políticas, pouco adequadas aos problemas criados pela pandemia de coronavírus. Não se podem descartar, no entanto, as dificuldades de gestão decorrentes do gigantismo do antigo Ministério da Economia. Essa pasta reeditava, em maior escala, a experiência mal sucedida no governo Collor (Lustosa da Costa; Cavalcanti, 1990). É praticamente impossível supervisionar de maneira adequada tantos assuntos abrigados sob o guarda-chuva da pasta comandada por Paulo Guedes. Se no governo Collor, o Ministério da Economia englobava as atribuições dos ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio, na nova versão reunia assuntos relacionados à Fazenda, Planejamento, Administração, Indústria e Comércio, Comércio Exterior, Previdência e Trabalho.

Saúde

A área da Saúde, por causa da pandemia, exige maior atenção de todos. Vive-se aí uma sucessão de desencontros, trapalhadas, desinformação e imperícia. Em situações normais, a substituição de dois ministros em um mês e a permanência de um interino, sem conhecimento da área, por quatro meses, já seria um descalabro. O ministro que melhor se conduziu no comando das ações sanitárias durante a pandemia foi demitido pelas suas virtudes e não pelos seus defeitos. Augusto Mandetta defendia o isolamento social e não avalizava o uso da cloroquina, droga eleita como um elixir da longa vida por Donald Trump e Jair Bolsonaro. Durante sua gestão, havia, ao menos, uma tentativa de coordenação com as ações dos governos estaduais e municipais, os quais começavam a estabelecer normas sobre o isolamento social.

⁷ https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1928148&filename=Tramitacao-PEC+32/2020. Consultado em 05.09.2020.

⁸ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/13/bolsonaro-veta-perdao-de-dividas-tributarias-de-igrejas-informa-governo.ghtml>. Acessado em 15.09.2020.

Bolsonaro era contra. O seu substituto, Nelson Taichi, durou apenas 15 dias no posto, tendo saído também por divergências com relação a lista de atividades essenciais que não poderiam ser suspensas e ao uso da cloroquina.

O longo ministro interino, Pazuello, depois confirmado⁹, militarizou a administração da Saúde. Foram nomeados mais de 25 oficiais em postos-chaves no Ministério¹⁰, sendo algumas posições ocupadas por pessoas sem nenhum conhecimento da área de saúde pública, epidemiologia ou política de saúde. Em meio à crise sanitária, a inação do Ministério da Saúde esteve muito aquém das atribuições e responsabilidades do governo Federal no Sistema Único de Saúde, deixando um saldo de quase 700 mil mortos.

Embora não tivesse competência técnica e profissional para tanto, Pazuello avalizou protocolos médicos para o uso da Cloroquina e Normas sobre aborto. Tentou reduzir a transparência, deixando de oferecer informações de interesse público, inclusive estatísticas sobre número de casos, internações e óbitos. Para 2021, espera-se um cenário ainda mais desalentador, em função dos efeitos do congelamento de gastos imposto pela EC nº 95, fazendo prever o sucateamento das unidades de saúde e do SUS como um todo, sem falar em programas mais pontuais de atenção à saúde da mulher, doenças sexualmente transmissíveis, farmácia popular e outros, os quais estão sendo desmontados.

Educação

A área da Educação teve cinco titulares ao longo dos quatro anos de governo. O primeiro ficou pouco mais de três meses no cargo. O segundo, produziu uma longa sequência de decisões equivocadas ou ruinosas e de declarações estapafúrdias. O terceiro esteve nomeado por quatro dias, mas não chegou a tomar posse. O quarto ministro ainda não anunciou nenhum programa relevante e em recentes declarações demonstrou precário conhecimento sobre as funções do Ministério que dirige.

Cabe destacar que os dois primeiros ministros estavam menos engajados na gestão e mais envolvidos em travar uma guerra ideológica contra o prolapado “marxismo cultural”, praticado e disseminado, segundo eles, por professores, estudantes, pesquisadores e intelectuais em geral. Eduardo Velez ficou no Ministério da Educação de 01 de janeiro a 08 de abril. Nesse curto período, promoveu sucessivas trocas de comando nas diversas secretarias da Pasta, chegando a anunciar quatro nomes para a Secretaria Executiva. Também demitiu o presidente do INEP, depois de dois meses no cargo. Sua gestão foi quase tão polêmica quanto a de seu sucessor. Em pouco tempo, entre outras medidas, modificou o edital de aquisição de livros didáticos, retirando vários itens importantes que norteavam a compra das obras; anunciou a volta da disciplina Educação Moral e Cívica e do Projeto Rondon e a revisão dos conteúdos dos livros didáticos para uma revisão histórica do golpe de 1964; propôs a extinção da Avaliação

⁹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-09/ao-vivo-eduardo-pazuella-toma-posse-como-ministro-da-saude>. Consultado em 05.09.2020.

¹⁰ https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/06/05/interna_politica.1154152/ministerio-da-saude-chega-a-25-militares-nomeados.shtml. Consultado em 05.09.2020.

Nacional da Alfabetização (ANA); enviou circular às escolas públicas pedindo a leitura do slogan de campanha de Jair Bolsonaro e a filmagem de crianças cantando o hino nacional¹¹.

Durante sua gestão, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) lançou um edital para a aquisição de 1,3 milhão laptops para escolas, ao custo estimado de R\$ 3 bilhões. Segundo o jornalista Elio Gaspari, “os 255 alunos da Escola Municipal Laura Queiroz, de Itabirito (MG), receberiam 30 mil computadores (118 para cada um). Poderia ter sido um erro de digitação, mas a CGU mostrou que 355 escolas receberiam mais de um laptop por aluno, e 46 delas, mais de dois. Cada jovem da Chiquita Mendes, de Santa Bárbara do Tugúrio (MG) receberia cinco”¹².

Abraham Weintraub ficou pouco mais de um ano à frente do Ministério¹³. Nesse período, envolveu-se em inúmeras polêmicas, mais em função de suas declarações agressivas do que em razão de projetos ou medidas que implementou. Desde o início de sua gestão à frente do MEC, Weintraub buscou o embate com as universidades federais. Em abril de 2019, o ministro afirmou que cortaria verbas de três universidades por promoverem “balbúrdia” e autorizou o corte de recursos da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Federal Fluminense¹⁴.

Além de declarações polêmicas, nada fez de importante pela educação brasileira¹⁵. Depois de atacar a honra dos ministros do STF, foi exonerado e nomeado para um posto melhor remunerado, no Banco Mundial sinalizando a chancela de suas ações por parte da Presidência da República.

O ministro, Milton Ribeiro foi nomeado em 10 de julho, mas não promoveu ações importantes durante sua permanência à frente da pasta. Manteve as polêmicas nomeações feitas por Weintraub para o Conselho Nacional de Educação e endossou o corte de o governo corte de 13% no orçamento da Educação, cerca R\$ 4,2 bilhões, em 2021¹⁶. Abriu uma frente de desgaste com Congresso Nacional, justificando que a medida foi necessária para reservar recursos ao pagamento de emendas parlamentares. Ribeiro acabou demitido do ministério em meio a denúncias de corrupção no repasse de recursos para os municípios¹⁷.

¹¹ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/08/ministro-da-educacao-e-demitido-apos-gestao-marcada-por-controversias-e-recuos.ghtml>. Acessado em 09.08.2020.

¹² <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2019/12/um-jabuti-gigante-olhando-para-bolsonaro.shtml>. Acessado em 09.08.2020.

¹³ <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/abraham-weintraub-e-demitido-por-bolsonaro-apos-insultar-supremo.shtml>. Acessado em 09.08.2020.

¹⁴ <https://horadopovo.com.br/weintraub-corta-30-do-custeio-de-tres-universidades-e-ameaca-quem-fizer-balburdia/>. Acessado em 12.08.2020.

¹⁵ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53058067>. Acessado em 12.08.2020.

¹⁶ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/10/orcamento-do-mec-preve-corte-de-r-42-bilhoes-para-2021.ghtml>. Acessado em 15.08.2020.

¹⁷ <https://www.poder360.com.br/governo/milton-ribeiro-pede-demissao-do-mec/> e <https://oglobo.globo.com/politica/pressionado-milton-ribeiro-pede-demissao-leia-integra-da-carta-de-saida-do-ministro-25452230>. Acessado em 18.01.2022.

Cultura

Na área de cultura, o governo já nomeou o quinto responsável pelo setor. É nesse campo onde a guerra ideológica é mais acirrada. Há uma tentativa de desacreditar a classe artística e acabar com os mecanismos de incentivos à cultura. Em vários órgãos, como o IPHAN, a Funarte e Casa de Rui Barbosa, foram nomeadas pessoas desvinculadas da área ou despreparadas para o cargo¹⁸, quando não contrárias às políticas para os quais os órgãos foram criados, como é o caso da Fundação Palmares¹⁹. Todos os nomeados para a Secretaria Especial de Cultura tiveram passagem polêmica pela pasta, mas cabe destacar os casos emblemáticos de diretor de teatro Roberto Alvim, da atriz Regina Duarte e do ator Mário Frias.

O primeiro chamou de sórdida a cidadã nonagenária Fernanda Montenegro, grande dama do teatro brasileiro, e parafraseou um discurso de Joseph Goebbels sobre a arte nacional e heroica, para lançar um prêmio que não saiu do papel²⁰. A segunda praticamente não assumiu o cargo. Depois de meses isolada em São Paulo, foi a Brasília apresentar um plano inconsistente. Em uma entrevista para a CNN, minimizou a ditadura, disse que sempre houve tortura, cantou o hino ufanista da Copa de 1970 e, quando confrontada com o vídeo de uma colega cobrando projetos para área, abandonou o estúdio²¹. Mário Frias ainda não tem um plano para a cultura, mas rescindiu o contrato de gestão da Cinemateca Brasileira, paralisando o serviço, fez nomeações esdrúxulas²², retirou a autonomia dos órgãos vinculados à pasta²³ e lançou um vídeo com a ideia de homenagear os heróis nacionais²⁴.

Embora não esteja na área setorial da cultura, a gestão da Fundação Palmares suscita problemas na área da igualdade racial, onde o país sofreu muito retrocessos. Os gestos simbólicos de discriminação acabam se traduzindo em gestos concretos de racismo e violência por parte da polícia, de seguranças privados e mesmo de cidadãos comuns. O mesmo acontece com as políticas de proteção aos povos indígenas. Neste momento, está ocorrendo um genocídio em várias nações. Além de paralisar as demarcações de terra, a política do governo estimula a invasão de terras, reduzindo o espaço reservado à vida dos povos tradicionais, destrói o meio ambiente e leva muitas doenças para os índios, como está acontecendo agora com a Covid19.

¹⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/09/policial-webdesigner-e-pastor-compoem-elenco-da-cultura-de-mario-frias.shtml>. Acessado em 13.09.2020.

¹⁹ <http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/2129194-em-nova-polemica-presidente-da-fundacao-palmares-chama-movimento-negro-de-escoria-maldita>. Acessado em 08.08.2020.

²⁰ <https://oglobo.globo.com/cultura/roberto-alvim-copia-discurso-do-nazista-joseph-goebbels-causa-onda-de-indignacao-24195523?GLBID=10222d3a238b615398bc066d56cbc74936e7939646a5f5f616d54694556455836356b794443674e4b556d344430335171725256572d6d59493365746d77784b4941466270367645666b57735739344537483841714d53634147623363616c4d57786c435764413d3d3a303a7563617977647a3874376c6d6d6a396c6d6c7176>. Acessado em 12.08.2020.

²¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/07/regina-duarte-minimiza-ditadura-e-interrompe-entrevista-a-cnn-veja-integra>. Acessado em 12.08.2020.

²² <https://paranaportal.uol.com.br/politica/policial-webdesigner-e-pastor-compoem-elenco-da-cultura-de-mario-frias/>.

²³ <http://vtprefeito.com/mario-frias-retira-autonomia-de-7-areas-da-cultura/>. Acessado em 09.09.2020.

²⁴ <https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/tonygoes/2020/09/mario-frias-da-show-de-canastrice-em-video-da-secretaria-de-comunicacao.shtml>. Acessado em 09.09.2020.

Meio ambiente

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi considerado o maior inimigo da ecologia e dos ambientalistas. Sua omissão em alguns casos e ação ruínoza em outros, reduzindo a fiscalização e criminalizando os agentes fiscais, aumentou o desmatamento e a invasão de terras públicas. Há vários episódios que demonstram a leniência do governo com ataques ao meio ambiente e invasões predatórias em terras indígenas. São tantos exemplos que não dá para examinar todos, cabendo restringir o registro ao desmatamento e às queimadas. Apesar dos desmentidos do governo, os dados relativos a 2019 e, sobretudo, a 2020 são eloquentes. É que a própria posse de Bolsonaro e as sinalizações do ministro do Meio Ambiente estimularam os responsáveis pela destruição ambiental. Segundo o Greenpeace, os dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) oferecidos pelo sistema DETER, mostram que, entre agosto de 2019 e julho de 2020, houve um aumento de 34,5% nos alertas de desmatamento em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao todo, foram 9205 km² desmatados, o equivalente a 1.100.000 campos de futebol²⁵. Enquanto isso, o desmatamento e a degradação dos ecossistemas se expandem na Amazônia e no Pantanal, por ação de grandes proprietários rurais, grileiros, exploradores de madeiras e garimpeiros. No Pantanal, somente em setembro, o Inpe registrou 4.611 focos de incêndio. Ao comparar setembro de 2020 com o mesmo período do ano anterior, até 13 de setembro de 2019, foram registrados 1.534, enquanto em 2020 o total é 4.611 - o aumento é de 200%, o que representa mais de 3 vezes o total atual²⁶. O Inpe também registrou mais de 7,6 mil focos de queimadas na Amazônia, nos primeiros 28 dias de agosto de 2020. É um recorde para qualquer mês desde que o monitoramento começou a ser realizado, em 1998²⁷. Apesar disso, em 28 de agosto, o Ministro do Meio Ambiente resolveu suspender as operações contra desmatamento na Amazônia e queimadas no Pantanal²⁸. Desautorizado pelo vice-presidente da República, também presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, o ministro determinou a retomada das operações²⁹.

Agricultura

A ação conjugada dos ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e da ANVISA, com a liberação de uma enorme quantidade de agrotóxicos proibidos em todo o mundo, está

²⁵ <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwJlucCfvPvrAhUpIbkGHQZ-CrEQFjACegQIDBAG&url=https%3A%2F%2Fwww.greenpeace.org%2Fbrasil%2Fblog%2Fdados-divulgados-pelo-inpe-apontam-aumento-do-desmatamento-na-amazonia-entre-2019-e-2020%2F&usg=AOvVaw2tMB5rqEwqsCIFcfTKm2Qw>. Acessado em 12.08.2020.

²⁶ <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiM5tnAwfvrAhUUDrkGHfG4BXUQFjABegQIChAE&url=https%3A%2F%2Fwww.cnnbrasil.com.br%2Fnacional%2F2020%2F09%2F14%2Fpantanal-atinge-maior-taxa-historica-de-queimadas-em-2020&usg=AOvVaw3OHqH8VQ0oGp7dpj0wsu6>. Acessado em 15.09.2020.

²⁷ <https://www.poder360.com.br/brasil/numero-de-focos-de-queimadas-no-amazonas-atinge-recorde-em-agosto/>. Acessado em 05.09.2020.

²⁸ <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/28/governo-suspende-operacoes-contradesmatamento-na-amazonia-e-queimadas-no-pantanal>. Acessado em 01.09.2020.

²⁹ <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/08/28/governo-recua-e-anuncia-desbloqueio-de-recursos-para-combater-desmatamento.htm>. Acesso em 30.08.2020.

envenenando os alimentos, o solo, as nascentes e os mananciais. São 474 novas substâncias autorizadas a serem utilizadas no país³⁰, a maioria delas proibidas em países da União Europeia, um dos principais importadores de nossos produtos agrícolas. Isso é um tiro no pé do agronegócio, pois acaba levando a um boicote aos produtos brasileiros, o que vai ter impacto nas exportações de nossas principais *comodities*, como o suco de laranja, as frutas, os cereais, sobretudo soja e milho, e a proteína animal.

Relações Exteriores

O desastre no comércio exterior é agravado pela ação política do Ministério das Relações Exteriores, também engajado na guerra ideológica, que tem criado dificuldades nas relações com parceiros comerciais preferenciais como a China, os países árabes, o Mercosul e a União Europeia. O governo optou por uma política externa caudatária dos interesses americanos, fazendo concessões sem nada receber em troca. Cedeu a base de Alcântara; abriu mão de privilégios na OMC dos quais nem a China aceitou se desfazer, submeteu-se aos lobbies do aço e do etanol norte-americanos que pressionavam Donald Trump. Também rompeu com a nossa tradição da política externa brasileira de não interferência nos assuntos internos de outros países, associando-se ao boicote americano à Cuba e à Venezuela. O governo também aceitou a indicação de um americano para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento, fato inédito na história da instituição. Além disso, assumiu, nos fóruns internacionais, pautas ultraconservadoras contras os direitos humanos e especialmente contra os direitos das mulheres, associando-se, ora aos Estados Unidos, ora aos países árabes, contra todas as nossas tradições diplomáticas. O ministro também produz declarações controversas e, sobretudo, antidiplomáticas. A tradicional moderação da diplomacia brasileira se perdeu nos últimos dois anos.

Justiça e Segurança Pública

Na área do Ministério da Justiça, engordado com a incorporação da área de Segurança Pública, também há muitos fatos inéditos e controversos, sobretudo na nova área de atuação. O ministro Sérgio Moro assumiu a pasta com a missão de combater a corrupção e o crime organizado. Desde os primeiros meses, viu-se confrontado com conflitos de interesse dentro do governo. Foi desautorizado em algumas nomeações, não conseguiu apoio para seu pacote anticrime (vocacionado para violar garantias constitucionais), perdeu a supervisão sobre o COAF e compactuou com a política armamentista do governo Bolsonaro. Ao mesmo tempo, viu-se envolvido com o escândalo das gravações da Lava Jato. O seu sucessor transformou o ministério em um braço da advocacia da União, vale dizer, da defesa do presidente da República.

III. Características da antiagenda bolsonarista

³⁰ <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/13/mesmo-com-pandemia-governo-bolsonaro-ja-liberou-150-novos-agrotoxicos-este-ano>. Acesso em 12.08.2020.

A lista de exemplos de desacertos na condução dos assuntos públicos é quase inesgotável. Todos os dias, a edição de uma medida provisória, de um decreto ou de uma simples portaria, o lançamento de um programa, o anúncio de uma decisão ou uma mera declaração enchiam de perplexidade os brasileiros pelo ineditismo, pela irracionalidade, pelo autoritarismo ou mesmo pela inconstitucionalidade ou pela ilegalidade da providência adotada ou sugerida.

Muitas medidas apresentavam características comuns, mostrando que havia regularidade e método nesse processo de tomada de decisões e de práticas. Resta saber se as características identificadas formavam de fato um novo padrão que possa ser repetido em outro contexto. E se esse padrão permite utilizar os instrumentos de análise e avaliação de políticas públicas existentes no repertório da literatura especializada.

Racionalidade

Em muitas áreas do governo, a racionalidade científica foi substituída pela crença religiosa, pela ideologia ou por simples idiosincrasias. A Educação, a Cultura, a Comunicação Social, o Meio Ambiente, as Relações Internacionais e até a Saúde, entre outras áreas, foram orientadas pela anti-ciência, a fé evangélica, o anticomunismo ou pelo “achismo”. Muitos dos *policy-makers* e dirigentes, escolhidos em função da adesão às bandeiras mais caras ao bolsonarismo, foram recrutados entre militares (ou mesmo policiais militares), evangélicos, liberais oportunistas, *influencers* de direita, servidores públicos engajados na militância conservadora. Muitos eram guiados pelas ideias pelo *soi-disant* filósofo e pseudo professor Olavo de Carvalho, o astrólogo brasileiro que residia no estado da Virgínia, nos Estados Unidos, e faleceu em 24.01.2022. Eram muitos os exemplos de decisões ou manifestações orientadas por critérios anticientíficos, a começar pela forma de lidar com a pandemia do Corona Vírus, vista como uma gripezinha, incapaz de afetar os jovens e os atletas, a ser tratada com a administração de Cloroquina ou Hidroxicloroquina, sem nenhuma comprovação da eficácia desses medicamentos.

Ideologia

A questão ideológica é um capítulo à parte na discussão sobre racionalidade. Desde o começo do seu mandato, ou melhor, desde a campanha eleitoral, o governo Bolsonaro denunciava a existência de uma revolução gramsciana em curso que teria que combater. O argumento subjacente é o de que, ao longo dos anos de democracia, a esquerda se apropriou dos aparelhos ideológicos (Althusser, 1985) – Imprensa, Igreja Católica, universidades, escolas, sindicatos – para promover a cooptação das consciências ingênuas e promover a revolução socialista, sem o uso da luta armada. As novas gerações estariam sendo influenciadas por intelectuais, professores, jornalistas, religiosos engajados na luta revolucionária. Assim, a missão do governo Bolsonaro seria lutar contra a ideologia nefasta e a estratégia de cooptação. Há um processo capcioso de inversão de argumentos. Na verdade, o governo pretendia impor a ideologia conservadora que abraçava às políticas públicas que tentava emplacar. A maioria das decisões, inclusive as relacionadas à nomeação de cargos de direção, era orientada pelo viés ideológico.

Legalidade

O governo insistia em testar os limites da tolerância do Legislativo e do Judiciário às seguidas infrações legais e constitucionais que tem cometido praticamente desde o primeiro dia do mandato. Até o final do mandato, havia uma resistência dos outros poderes contra as ilegalidades e tentativas de invasão de competências. Foram inúmeros os exemplos de atos normativos anulados por decisões do Congresso Nacional ou do STF. Decretos legislativos suspendiam decretos presidenciais³¹, medidas provisórias eram devolvidas ao Presidente pelo Congresso Nacional³², portarias ministeriais eram suspensas por decisões judiciais³³.

Informações para o planejamento

O planejamento governamental se baseia em informações formadas por estatísticas e inferências técnicas. São séries históricas uniformes constituídas ao longo do tempo que apontam frequências, regularidades e tendências. Sem informação consistente, não há planejamento efetivo, mas apenas promessas vãs e previsões infundadas. No governo Bolsonaro, houve um apagão de informações. O governo descontinuou séries estatísticas importantes, a começar por aquelas que constavam do questionário do censo, que vai ser drasticamente reduzido. No caso do Ministério da Saúde, tentou esconder até o número de casos e de óbitos de Covid19. Dados fidedignos, precisos e úteis são evidências que norteiam a formulação de políticas públicas, o planejamento governamental e as práticas gerenciais. Decisões de governo não podem ser tomadas “no escuro” (Lustosa da Costa; Faranha, 2020).

Transparência

Se ainda havia alguma informação de interesse público disponível, muitas vezes ela era sonogada à população, pois o governo tem tentado reduzir a transparência das decisões e processos gerenciais. Em 2020, o presidente da República baixou a Medida Provisória nº 928/2020, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública do coronavírus. A MP incluía o Artigo 6º-B na Lei nº 13.979 para suspender, durante a situação de calamidade, os prazos de atendimento de pedidos feitos com amparo na Lei de Acesso à Informação (LAI), cuja resposta dependesse que agentes públicos em quarentena, teletrabalho ou em regimes equivalentes acessassem presencialmente suas repartições ou que demandassem a atuação de agentes ou setores envolvidos prioritariamente no enfrentamento da emergência sanitária. Essa decisão atentava contra o princípio da publicidade, já consagrado no Direito Administrativo e no próprio texto constitucional,

³¹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/21/aprovada-no-senado-anulacao-do-decreto-das-armas-espera-decisao-da-camara>.

³² <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/davi-alcolumbre-devolve-mp-que-permitia-indicacao-de-reitores-pelo-ministro-da-educacao-durante-a-pandemia>.

³³ <https://www.rotajuridica.com.br/justica-federal-suspende-portaria-que-aumentava-limite-de-compra-de-municiao/>.

garantindo que os atos da Administração Pública devam ser públicos e passíveis de serem auditados. No 30 de abril de 2020, em mais um revés par ao governo, o plenário do STF referendou decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes, declarando a inconstitucionalidade do artigo incluído na LAI. (Faranha; Lustosa da Costa; Oliveira Jr., 2020)³⁴.

Balões de ensaio

Foi muito frequente no governo Bolsonaro o anúncio de providências que não se concretizavam ou mesmo a formalização de decisões que são logo revogadas. É como se não houvesse a intenção de implementá-las ou como se elas representassem um teste para medidas mais amplas ou um pouco diferentes. Isso caracteriza o chamado “efeito-balão-de-ensaio”, quer dizer, “a formalização de uma política, ou de algum de seus estágios, atua como sinalizador de intenções ou preocupações, de provocação de reações de diferentes grupos da sociedade, ou do exterior, ou mesmo um teste de uma solução que se pretende provisória” (Monteiro, 1982, p. 10). No mês de setembro o governo de 2020, técnicos do Ministério da Economia anunciaram a transformação do Bolsa-família em um programa mais amplo denominado Renda Brasil. Para fazer face ao aumento de despesas com a ampliação do benefício, a equipe de Paulo Guedes pretendia propor a extinção do salário-família, do abono salarial e do seguro-defeso (que beneficia os pescadores nas épocas em que ficam proibidos de pescar)³⁵. Poucos dias depois, o presidente da República anunciou que não ia cortar nenhum benefício e que estava proibida a discussão sobre Renda Brasil³⁶. Ainda assim o tema continuava em discussão no Ministério da Economia e até mesmo no Congresso Nacional³⁷, levando mais tarde à criação do Auxílio Brasil³⁸, hoje renomeado mais uma vez Bolsa Família³⁹.

Capacidades estatais

As capacidades estatais dizem respeito às efetivas possibilidades de as instituições governamentais alcançarem seus objetivos por meio de regulação e de políticas públicas, quer dizer, as capacidades de identificação de problemas, formulação de soluções, tomada de decisão, execução de ações e entrega de resultados (Pires; Gomide, 2016). As capacidades estatais estão relacionadas com arranjos institucionais que favorecem a governança, pois

³⁴ <https://www.camara.leg.br/noticias/648690-MINISTRO-DO-STF-SUSPENDE-TRECHO-DE-MP-QUE-ALTEROU-LEI-DE-ACESSO-A-INFORMACAO>.

³⁵ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/10/bolsa-familia-renda-brasil-seguro-defeso-salario-familia-unificar.htm>. Acesso em 15.07.2020.

³⁶ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/15/bolsonaro-proibe-o-renda-brasil-e-diz-que-bolsa-familia-continua-ate-2022.htm>. Acesso em 15.09.2020.

³⁷ <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/09/17/bolsonaro-volta-a-estimular-renda-brasil.htm> e <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/09/4876504-renda-brasil-volta-a-ganhar-forca.html>. Acesso em 19.09.2020.

³⁸ <https://www.camara.leg.br/noticias/842479-LEI-QUE-CRIA-O-PROGRAMA-AUXILIO-BRASIL-E-SANCIONADA-COM-DOIS-VETOS>. Acesso em 18.01.2022.

³⁹ <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2023/01/15152944-auxilio-brasil-volta-a-se-chamar-bolsa-familia-governo-lula-vai-excluir-quem-nao-tem-direito-ao-beneficio-e-regras-devem-ser-mais-fiscalizadas-veja-o-que-muda-valor-e-calendario.html>. Acesso em 18.01.2022.

contribuem para a qualidade do governo, decorrente da disponibilidade de recursos e da necessária autonomia e profissionalização da burocracia (Fukuyama, 2013).

Os exemplos elencados na primeira parte deste trabalho sugerem que havia uma crescente perda de capacidade estatal e governança. Com efeito, o processo de tomada de decisão se tornou mais tortuoso e complexo, seja pelas dificuldades de articulação de maiorias estáveis no Congresso Nacional, seja pelas idas e vindas no âmbito do próprio Executivo. Ministros de Estado eram seguidamente desautorizados pelo presidente da República. Em face do caráter persecutório no exercício da autoridade e da ação dos órgãos de controle, burocratas de alto escalão se sentiam intimidados para tomar decisões. O chamado “apagão” das canetas (Rittner, 2018) se acentuou nesse período. Ninguém queria decidir nada. Todos temiam ser responsabilizados por erros ou omissões, sobretudo em situações em que as decisões devem ser tomadas em caráter de urgência, como durante a pandemia do Covid19. Os servidores e os dirigentes dos escalões mais baixos da hierarquia protelavam ou transferiam decisões para as esferas superiores. Nesse caso, não se trata de uma opção deliberada de estabelecer políticas pela escolha de não fazer alguma coisa (Monteiro, 1982, pp. 8-9; Secchi, Coelho e Pires, 2019, p. 7). Trata-se da incapacidade de fazer.

Participação

O governo reduziu significativamente a participação da sociedade civil na formulação e no controle social das políticas públicas. A ideia era restringir os processos de tomada de decisões a grupos formados por dirigentes e burocratas de médio escalão mais identificados ao projeto político de Jair Bolsonaro, num modelo de decisão *top-down* excludente (Sabatier, 1986). Por meio do Decreto n° 9.759/2019, de 11.04.2019 o governo tentou extinguir, sem mencionar exatamente quais, mais de 700 conselhos em diversas áreas. Por medida cautelar na ADI 6121, O STF suspendeu a eficácia de dispositivos do Decreto que extinguiriam colegiados da administração pública federal previstos em lei⁴⁰. Por unanimidade, os ministros entenderam que, como a criação desses colegiados foi autorizada pelo Congresso Nacional, apenas por meio de lei eles podem ser extinto. Já 30 em maio, foi baixado o Decreto n° 9812/2019, alterando vários dispositivos do primeiro decreto e excluindo os colegiados criados por lei. Hoje não se sabe ao certo quais os conselhos estiveram funcionando ou não durante o governo Bolsonaro. O fato é que, diante da incerteza, muitos deles não foram convocados para debater ou deliberar questões importantes de políticas públicas. Em alguns conselhos importantes, como o Conselho Nacional da Amazônia Legal, houve a exclusão de representantes de outros níveis de governo, no caso, os governadores dos estados da região⁴¹. O governo Bolsonaro também deixou de respeitar os resultados das consultas para escolhas escolha de reitores, deixando de escolher o mais votado entre os candidatos. Em determinado momento, chegou a editar uma MP n° 979/2020, permitindo a nomeação, durante a pandemia, de reitores para substituir aqueles que tivessem o mandato encerrado até o final de 2020⁴². Diante das reações

⁴⁰ <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=413987>. Consultado em 12.08.2020.

⁴¹ <https://www.metropoles.com/brasil/publicado-o-decreto-que-muda-conselho-nacional-da-amazonia-legal>. Consultado em 12.08.2020.

⁴² <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/12/governo-revoga-mp-que-autorizava-weintraub-a-nomear-reitores-durante-a-pandemia>. Consultado em 12.08.2020.

provocadas no meio universitário e na classe política, a MP foi revogada dois dias depois⁴³. O caso de nomeação mais rumoroso foi a do reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o terceiro da lista tríplice enviada pelo Conselho Universitário, onde obteve apenas 3 (três) votos.

Considerações finais

As medidas e decisões elencadas na primeira parte e as características identificadas na segunda parte deste trabalho configuram um modelo de ação política e gerencial centralizador, autoritário, intolerante e excludente, cuja teologia não se apoia em compromissos com liberdade, democracia, justiça, paz, segurança, desenvolvimento e bem-estar.

Por outro lado, do ponto de vista processual, decisões e ações não se submetem à racionalidade administrativa própria da burocracia, tão essencial à democracia de massas. Pois a racionalidade burocrática supõe o desencantamento do mundo, quer dizer, a prevalência da razão sobre a religião e a magia. Decisões de políticas públicas não podem ser informadas por crenças religiosas, pós-verdade ou *fake-news*.

Sem teleologia, racionalidade, lógica sequencial e operacionalidade, as políticas públicas, por mais consolidadas que estejam, são desconfiguradas. Tal é o processo de desconstrução a que se propôs o governo de Jair Bolsonaro. Por isso, não existem políticas de Estado. Todas elas, ainda que balizadas por dispositivos constitucionais, estão sujeitas às preferências de maiorias ocasionais.

Essa dinâmica de escolhas ideológicas, radicalização, mobilização, experimentalismo errático, decisão, revogação, operação, contraordem e anulação, além de mostrarem pouco eficazes para os nebulosos propósitos do governo, desnaturalizam a própria política. Pois as soluções, decisões e políticas públicas não nascem de demandas majoritárias, administração de conflitos, negociação e concertação.

A nova política bolsonarista é uma arena do grande circo onde se digladiam ideólogos iracundos, pastores argentários, militares autoritários, falsos liberais, milicianos, ressentidos em geral e os oportunistas de sempre.

Bibliografia

Althusser, Louis (1985). *Aparelhos ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro, Edições Graal.

Araújo, Luísa; Rodrigues, Maria de Lourdes (2017). Modelos de análise de políticas públicas. In *Sociologia. Problemas e Práticas* [On line]. 83 | 2017. <http://journals.openedition.org/spp/2662>. Acessado em 07.08.2020

Bauer, Michael W.; Knill, Christoph (2012). Understanding Policy Dismantling: An Analytical Framework, in: Bauer, Michael! W.; Jordan, Andrew/Green J Pederson, Christoffer;

⁴³ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/12/governo-revoga-mp-que-autorizava-weintraub-a-nomear-reitores-durante-a-pandemia>. Consultado em 12.08.2020.

- Héritier, Adrienne (eds.): *Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies and Effects*, Oxford: Oxford University Press.
Available from:
https://www.researchgate.net/publication/288116603_Understanding_Policy_Dismantling_An_Analytical_Framework [accessed Mar 27 2023]. Understanding policy dismantling: an analytical framework.
- Dye, Thomas R. (1972) *Understanding Public Policy* (Englewood Cliffs: Prentice-Hall).
- Faranha, Ana Cláudia; Lustosa da Costa, Frederico; Oliveira Jr., Temístocles Murilo de (2020). Calamidade pública e acesso à informação. *Estadão Blogs. Gestão, Política & Sociedade*. São Paulo, 02.05.2020.
<https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/calamidade-publica-e-acesso-a-informacao/> Acesso em 18.01.2022
- Faranha, Ana Cláudia; Lustosa da Costa, Frederico (2020). “Sem rádio e sem notícias das terras civilizadas...”: o apagão de informações em tempos de pandemia. *Estadão Blogs. Gestão, Política & Sociedade*. São Paulo, 01.07.2020.
<https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/sem-radio-e-sem-noticias-das-terras-civilizadas-o-apagao-de-informacoes-em-tempos-de-pandemia/>
Acesso em 18.01.2022
- Fukuyama, Francis (2013). *What's Governance?* Working Paper 314. Washington, Center for Global Development, January 2013.
https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2226592. Acessado em 26.08.2020.
- Heidemann, Francisco G.; Salm, José Francisco (2009). *Políticas públicas e desenvolvimento*. Brasília, Editora UnB, 2009.
- Lustosa da Costa, Frederico; Faranha, Ana Cláudia (2020). Muito barulho por nada ou breves considerações sobre a nova proposta de Reforma Administrativa. *Estadão Blogs. Gestão, Política & Sociedade*. São Paulo, 05.09.2020.
- Lustosa da Costa, Frederico; Midlej e Silva, Suylan; Passador, Cláudia Souza (2020). Burocracia, política e democracia em tempos sombrios. *Estadão Blogs. Gestão, Política & Sociedade*. São Paulo, 11.06.2020.
- Lustosa da Costa, Frederico; Braga, Marcus Vinicius de Azevedo (2020). Pacto federativo, vinculações e restrições orçamentárias em tempos de pandemia. *Estadão Blogs. Gestão, Política & Sociedade*. São Paulo, 12.06.2020.
- Lustosa da Costa, Frederico; Cavalcanti, Bianor Scelza (1990). “Mudança organizacional no setor público”, in *Revista de Administração Pública*, 25(1), 82-106.
- Mendonça, Ricardo (2019). Antes de construir é preciso ‘desconstruir’ muita coisa no Brasil, diz Bolsonaro nos EUA. *O Globo* [on-line], 18 de mar. 2019.
<https://oglobo.globo.com/mundo/antes-de-construir-preciso-desconstruir-muita-coisa-no-brasil-diz-bolsonaro-nos-eua-23530792>. Acesso em 05.09.2020.
- Monteiro, Geraldo Tadeu. *Formulação e análise de Políticas Públicas*. Material didático. MBA em Gestão de Políticas Públicas. Rio de Janeiro, FGV, 2008.
- Monteiro, Jorge Vianna (1982). *Fundamentos da política pública*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- Pires, Roberto Rocha Coelho; Gomide, Alexandre de Ávila (2016). Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 121-143, June 2016. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000200121&lng=en&nrm=iso. Access on 26 Aug. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316245806>.

RITTNER, Daniel (2028). O apagão das canetas dos agentes públicos. *Jornal Valor*, 27jul2028. Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/coluna/o-apagao-de-canetas-dos-agentes-publicos.ghtml>. Acesso em 07.08.2020.

SABATIER, Paul (1986). Top-Down and Bottom-Up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. *Journal of Public Policy*, 6(1), 21-48. Doi: 10.1017/S014381X00003846.

_____. (2007). *Theories of the Policy Process*. Boulder, Westview Press.

Secchi, Leonardo; Coelho, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir (2019). *Políticas públicas – conceitos, casos práticos, questões de concurso*. São Paulo, Cengage.